

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

MANUAL DE
DIREITO PENAL
VOLUME ÚNICO



revista.
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.01.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 10ª edição
- Capa: Fabricio Vale
- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N876m
20. ed.

Nucci, Guilherme de Souza
Manual de direito penal : volume único / Guilherme de Souza Nucci. - 20. ed.,
rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.
1.264 p. ; 24 cm.

Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-929-7

I. Direito penal - Brasil. I. Título.

23-87534

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Sumário

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo.....	4
3. Política criminal.....	4
4. Criminologia.....	5
5. Bem jurídico.....	6
Síntese.....	8

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	9
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil.....	16
Síntese.....	17

Capítulo III

PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância.....	19
1.1 Princípios regentes.....	19

2. Princípios de direito penal	20
2.1 Constitucionais explícitos.....	20
2.1.1 Concernentes à atuação do Estado	20
2.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal).....	20
2.1.1.2 Anterioridade	20
2.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica.....	21
2.1.1.4 Humanidade	21
Ponto relevante para debate	21
• A prisão no Brasil e a humanidade.....	21
2.1.2 Concernentes ao indivíduo	23
2.1.2.1 Personalidade ou da responsabilidade pessoal	23
2.1.2.2 Individualização da pena	23
2.2 Constitucionais implícitos.....	24
2.2.1 Concernentes à atuação do Estado	24
2.2.1.1 Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	24
2.2.1.2 Taxatividade.....	26
2.2.1.3 Proporcionalidade.....	27
2.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato.....	28
2.2.2 Concernente ao indivíduo	28
2.2.2.1 Culpabilidade.....	28
Ponto relevante para debate	29
• A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal	29
Síntese	30

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal.....	33
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal	35
1.2 Costume e fonte do direito penal	36
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal	36
2. Interpretação e integração no direito penal	36
Síntese	39

Capítulo V

LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade	41
1.1 Origem histórica	41
1.2 Legalidade e garantismo penal.....	42
1.3 Legalidade material e legalidade formal	42
2. Conceito de anterioridade	43
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	43

4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança	43
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	44
Ponto relevante para debate	46
• A legalidade pede socorro?	46
Síntese	47

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo	49
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)	50
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in mellius</i>).....	50
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>)	51
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis.....	51
Ponto relevante para debate	52
• A impossibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu.....	52
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	54
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	55
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	55
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica	56
8. Leis intermitentes.....	56
8.1 Extensão e eficácia.....	57
Ponto relevante para debate	57
• A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal.....	57
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	59
Síntese	62
Esquemas.....	63
↳ Extratividade da lei penal	63
↳ Extratividade da lei penal	64
↳ Leis penais benéficas intermediárias.....	65

Capítulo VII

TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime.....	67
2. Alcance da teoria da atividade	67
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	67
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	68
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP.....	68
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas.....	69
Síntese	69

Capítulo VIII
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1.	Territorialidade e extraterritorialidade	71
2.	Regras para a aplicação da lei penal no espaço	71
3.	Conceito de território e seus elementos	71
3.1	Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos	72
3.2	Espaço aéreo	72
3.3	Mar territorial brasileiro	72
4.	Território brasileiro por equiparação	73
4.1	Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves	73
4.2	A lei penal e a Convenção de Tóquio	74
5.	Critérios para a extraterritorialidade	74
5.1	Crítica à extraterritorialidade incondicionada	75
5.2	Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada	75
5.3	Hipóteses de extraterritorialidade condicionada	76
5.4	Condições para a extraterritorialidade	77
6.	Extradição	77
6.1	Espécies de extradição e fonte legislativa	78
6.2	Requisitos para a concessão	78
7.	Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal	81
8.	Outras exceções à regra da territorialidade	81
8.1	Tratados, convenções e regras de direito internacional	82
8.2	Imunidades diplomáticas	83
8.2.1	Abrangência, extensão e exclusão da imunidade	83
8.2.2	Características das imunidades diplomáticas	83
8.3	Imunidades consulares	84
8.4	Imunidades parlamentares	85
8.4.1	Natureza jurídica da imunidade substantiva	86
8.4.2	Características da imunidade substantiva	86
8.4.3	Características da imunidade processual	88
8.5	Outras imunidades e foros privilegiados	89
8.5.1	Deputados estaduais	89
8.5.2	Vereadores	89
8.5.3	Advogados	89
8.5.4	Prefeitos	91
9.	Direito penal internacional e direito internacional penal	91
	Síntese	91
	Esquema	92
	↳ Aplicação da lei penal no espaço	92

Capítulo IX
EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	93
2.	Hipóteses para a homologação.....	94
2.1	Reparação civil do dano causado à vítima	94
2.2	Aplicação de medida de segurança	94
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	94
2.4	Cumprimento de pena imposta no exterior.....	94
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação	95
	Síntese	95

Capítulo X
CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1.	Prazos penais e processuais penais.....	97
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	98
3.	Frações não computáveis da pena	98
	Síntese	98
	Esquema	99
	↳ Contagem de prazos penais e processuais.....	99

Capítulo XI
CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1.	Conceito.....	101
2.	Critério da sucessividade	102
3.	Critério da especialidade.....	102
4.	Critério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	103
5.	Critério da absorção (ou consunção).....	104
6.	Critério da alternatividade.....	104
	Síntese	105
	Esquemas.....	105
	↳ Sucessividade.....	105
	↳ Especialidade.....	106
	↳ Subsidiariedade = um tipo contém outro(s)	107
	↳ Consunção (ou absorção) = um fato típico contém outro(s).....	108

Capítulo XII
CRIME

1.	Conceito de crime.....	109
1.1	Conceito material	109
1.2	Conceito formal	110
1.3	Conceito analítico.....	110
	Ponto relevante para debate	112

• A teoria da ação significativa é uma solução para superar as teorias causalista, finalista e funcionalista?.....	112
2. Diferença entre crime e contravenção penal.....	114
3. Sujeitos e objetos do crime.....	115
3.1 Sujeito ativo.....	115
Ponto relevante para debate.....	115
• A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime.....	115
3.2 Sujeito passivo.....	117
3.3 Objeto do crime.....	118
4. Classificação dos crimes.....	119
4.1 Crimes comuns e próprios.....	119
4.2 Crimes instantâneos e permanentes.....	120
4.3 Crimes comissivos e omissivos.....	121
4.4 Crimes de atividade e de resultado.....	121
4.5 Crimes de dano e de perigo.....	122
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	122
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos.....	123
4.8 Progressão criminosa.....	123
4.9 Crime habitual.....	124
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	125
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	125
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas).....	125
4.13 Crimes remetidos.....	126
4.14 Crimes condicionados.....	126
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento).....	126
Síntese.....	126
Esquemas.....	127
⌘ Conceito analítico de crime (quadro sintético).....	127
⌘ Diferenças entre os crimes instantâneos, permanentes, habituais e continuados.....	128
⌘ Crime é fato.....	129
⌘ Estrutura do crime.....	130

Capítulo XIII

TIPICIDADE

1. Apresentação.....	131
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....	132
2.1 Elementos do tipo penal incriminador.....	132
2.2 Classificação do tipo.....	134
3. Conceito de conduta penalmente relevante.....	137
Ponto relevante para debate.....	142
• A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais.....	142
4. Conceito de resultado.....	143

5. Conceito de nexo causal.....	144
5.1 Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	144
Ponto relevante para debate.....	150
• Crítica e defesa à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo	150
5.2 Causas independentes e relativamente independentes.....	151
5.2.1 Concausas e seus efeitos.....	152
Esquemas.....	153
↳ Teoria da equivalência das condições (ou dos antecedentes) (Art. 13, <i>caput</i> , CP)..	153
↳ Teoria da causalidade adequada (ou das condições qualificadas).....	154
↳ Teoria da imputação objetiva.....	155
↳ Concausas: são as causas que se unem para gerar o resultado.....	156
↳ Causa superveniente, que corta o nexo causal (art. 13, § 1.º, CP).....	157
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios	158
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria.....	158
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante.....	159
5.3.3 Dever de agir.....	159
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei.....	159
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.....	160
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco.....	160
Pontos relevantes para debate.....	160
• Deixar o agressor morrer depois de se defender constitui crime?.....	160
• Pais e filhos maiores de 18 anos como garantidores da segurança recíproca.....	161
• A posição de garante como fruto de outros relacionamentos de afetividade.....	161
• Envenenamento e navalhada como causas da morte.....	161
6. Conceito de tipicidade e excludentes.....	162
6.1 Adequação social.....	163
6.2 Insignificância.....	164
Ponto relevante para debate.....	165
• Bagatela imprópria.....	165
Síntese.....	166

Capítulo XIV

ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo.....	167
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico.....	168
3. Características do dolo.....	168
4. Conceito de dolo direto.....	168
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	169
5. Conceito de dolo indireto ou eventual.....	169
Ponto relevante para debate.....	170
• A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito.....	170
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	170

7. Outras classificações do dolo	171
8. Conceito de culpa	172
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente.....	173
10. Elementos da culpa.....	173
11. Situações peculiares no campo da culpa.....	174
12. Espécies de culpa.....	175
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional.....	176
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	176
Síntese	178
Esquemas.....	178
↳ Dolo direto de 1.º grau	178
↳ Dolo direto de 2.º grau	178
↳ Dolo eventual.....	179
↳ Culpa consciente	179
↳ Culpa inconsciente.....	180

Capítulo XV

CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito.....	183
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso.....	183
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	184
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	184
Síntese	186

Capítulo XVI

ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	187
2. Excludentes de ilicitude.....	187
3. Classificação das excludentes de ilicitude.....	188
4. Elemento subjetivo nas excludentes.....	189
5. Conceito de estado de necessidade.....	190
5.1 Espécies de estado de necessidade.....	191
5.2 Requisitos do estado de necessidade.....	192
5.2.1 Existência de perigo atual	192
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo.....	193
Ponto relevante para debate.....	193
• A valoração da vontade no contexto da produção do perigo	193
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	194
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro	195
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	195
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo.....	195
5.3 Causa de diminuição de pena	195
6. Conceito e fundamento da legítima defesa	196

6.1	Elementos da legítima defesa	196
6.1.1	Injustiça da agressão	196
6.1.2	Atualidade ou iminência da agressão	197
6.1.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	199
	Ponto relevante para debate	200
•	A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	200
6.1.4	Utilização dos meios necessários para a reação	202
6.1.5	Moderação da reação.....	204
6.1.6	Proporcionalidade na legítima defesa	205
6.1.6.1	Ofendículos.....	205
	Ponto relevante para debate	205
•	A natureza jurídica dos ofendículos.....	205
6.2	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	208
6.2.1	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude	208
6.2.2	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	208
6.2.3	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	209
6.2.4	Legítima defesa sucessiva	209
6.2.5	Legítima defesa contra multidão.....	209
6.2.6	Legítima defesa contra provocação.....	210
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	210
6.2.8	Legítima defesa por omissão.....	210
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	211
6.2.10	Legítima defesa da comunidade.....	211
6.2.11	Legítima defesa de animais	212
6.2.12	Legítima defesa de refém.....	212
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal	213
7.1	Situações de cumprimento de dever legal	213
8.	Conceito de exercício regular de direito.....	214
8.1	Situações de exercício regular de direito	214
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	215
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido	215
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	216
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores.....	216
8.2.4	As lesões praticadas no esporte	217
9.	Consentimento do ofendido.....	218
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	220
10.	Os excessos no contexto das excludentes.....	221
10.1	Modalidades de excessos	222
	Síntese	223
	Esquema	224
↳	Diferenças entre o estado de necessidade e a legítima defesa.....	224

Capítulo XVII
CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade	225
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	230
1.2 Conceito de coculpabilidade	230
2. Excludentes de culpabilidade	231
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato	231
2.1.1 Imputabilidade penal	231
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado	233
Ponto relevante para debate	235
• A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>)	235
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental	236
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício.....	237
2.1.4 Menoridade	237
Ponto relevante para debate	239
• O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos	239
2.2 Excludentes concernentes ao fato.....	239
2.2.1 Coação moral irresistível.....	239
Ponto relevante para debate	240
• A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas	240
2.2.2 Obediência hierárquica	241
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	241
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa	242
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i>	243
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior	245
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita	245
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas	245
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa	245
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental	247
3. Emoção e paixão	247
3.1 Emoção	247
3.2 Paixão	248
Síntese	248

Capítulo XVIII
CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado.....	251
2. Tentativa	251
2.1 Conceito de crime tentado	251
2.2 Natureza jurídica da tentativa	252
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	253

2.4	Dolo e culpa na tentativa	253
2.5	Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	254
	Ponto relevante para debate	255
•	Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime	255
2.6	Tentativa e dolo eventual	257
2.7	Tentativa e crime de ímpeto	260
2.8	Crimes que não admitem a tentativa	261
2.9	Critério para a diminuição da pena na tentativa	263
2.10	Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	263
2.11	Diferença entre crime falho e tentativa falha	264
3.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	264
3.1	Conceito de desistência voluntária	264
3.1.1	Desistência momentânea	264
3.1.2	O problema da execução retomada	265
3.2	Conceito de arrependimento eficaz	266
3.3	Natureza jurídica	266
3.4	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	267
3.5	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	268
4.	Arrependimento posterior	268
4.1	Conceito	268
4.2	Natureza jurídica	268
4.3	Requisitos para a aplicação	268
	Ponto relevante para debate	270
•	A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior	270
4.4	Crítérios para a diminuição da pena	271
4.5	Análise crítica da Súmula 554 do STF	272
4.6	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	272
5.	Crime impossível	273
5.1	Conceito e natureza jurídica	273
5.2	Fundamento da não punição do crime impossível	273
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo	273
5.4	Análise dos elementos do crime impossível	274
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível	275
	Ponto relevante para debate	275
•	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível	275
	Síntese	276
	Esquemas	277
↳	Tentativa e consumação	277
↳	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	278
↳	● Quadro comparativo	279

Capítulo XIX

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Conceitos de erro e ignorância.....	281
2. Conceito de erro de tipo	281
3. Possibilidade de punição por crime culposos.....	282
4. Erro escusável e erro inescusável.....	282
5. Erro essencial e erro acidental.....	282
6. Erro quanto à pessoa	282
7. Erro determinado por terceiro.....	283
8. Conceito de erro de proibição.....	283
9. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude.....	283
10. Erro de proibição escusável e inescusável.....	284
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição.....	285
12. Conceito de descriminantes putativas.....	285
13. Divisão das descriminantes putativas	285
14. Natureza jurídica das descriminantes putativas	286
Síntese	287
Esquemas	288
☞ Erro de tipo.....	288
☞ Erro de tipo x delito consumado sem erro (Art. 20).....	289
☞ Erro de proibição	290
☞ Erro de proibição x delito consumado sem erro (Art. 21)	291

Capítulo XX

CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas	293
2. Teorias do concurso de pessoas	293
3. Distinção entre autoria e participação	294
3.1 Autoria imediata e autoria mediata.....	294
3.2 Executor de reserva	296
4. Critérios quanto à punição do partícipe.....	296
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	297
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	297
6.1 Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”.....	297
6.2 Participação de menor importância.....	298
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	298
7. Requisitos do concurso de agentes.....	299
8. Alguns aspectos da autoria mediata	299
9. Autoria colateral.....	299
Ponto relevante para debate	300
• A coautoria e a participação em crime culposos.....	300
10. Conivência.....	301

11. Coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios	301
Ponto relevante para debate	302
• A participação posterior à consumação do crime	302
12. Participação e cumplicidade.....	303
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	303
Ponto relevante para debate	304
• A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo.....	304
13.1 Exceção quanto à elementar do crime.....	304
Ponto relevante para debate.....	305
• O concurso de pessoas no infanticídio	305
14. Casos de impunibilidade.....	306
Síntese	307

Capítulo XXI

TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena	309
2. Teorias extremadas da punição.....	310
3. Garantismo penal.....	312
Pontos relevantes para debate.....	313
• Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal.....	313
• A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo	314
• Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa.....	315
4. Cominação das penas.....	317
5. Princípios da pena	317
6. Espécies de penas.....	318
Síntese	318

Capítulo XXII

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	319
2. Regime progressivo de cumprimento da pena.....	320
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar.....	324
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura.....	324
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso.....	324
6. Imprescindibilidade do regime fechado	325
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena.....	325
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime.....	326
9. Regime fechado	327

Pontos relevantes para debate.....	327
• A aplicação do regime fechado à pena de detenção.....	327
• A viabilidade da progressão <i>por salto</i>	327
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	329
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado.....	330
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado.....	331
Ponto relevante para debate.....	333
• A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	333
9.4 Trabalho externo do condenado.....	334
10. Regime semiaberto.....	334
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	334
10.2 Situação do índio.....	335
11. Regime aberto.....	335
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso.....	335
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto.....	336
12. Direitos do preso.....	336
12.1 Direito à visita íntima.....	336
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio.....	337
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso.....	337
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena.....	337
13. Trabalho do preso.....	338
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório.....	338
13.2 Trabalho do preso e remição.....	339
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	339
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório.....	340
13.2.3 Remição pelo estudo.....	340
Ponto relevante para debate.....	341
• A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar.....	341
14. Superveniência de doença mental.....	341
15. Detração.....	342
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	342
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração.....	342
15.3 Detração e pena de multa.....	343
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena.....	343
15.5 Detração e suspensão condicional da pena.....	343
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas.....	344
Síntese.....	344

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos.....	345
2. Natureza jurídica.....	345

3. Espécies de penas restritivas de direitos	346
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	347
Pontos relevantes para debate	348
• A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados	348
• As penas alternativas no cenário da violência doméstica	349
5. Momentos para a conversão	351
6. Exigências para a conversão	351
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	352
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	353
8.1 Prestação pecuniária	353
Ponto relevante para debate	355
• A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas	355
8.2 Perda de bens ou valores	356
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	357
8.4 Interdição temporária de direitos	357
8.5 Limitação de fim de semana	358
Síntese	358

Capítulo XXIV PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa	361
2. Critérios para a fixação da pena de multa	362
Ponto relevante para debate	363
• O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	363
3. O valor do dia-multa em salário mínimo	364
4. Atualização monetária da multa	364
5. Pagamento da multa	365
6. Multa como dívida de valor	365
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	366
Síntese	366

Capítulo XXV APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito	367
Ponto relevante para debate	367
• As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário	367
2. Circunstâncias judiciais	368
3. Pena-base	369
3.1 Critérios para a fixação da pena-base	369
4. Elementos do art. 59 do Código Penal	369
4.1 Culpaabilidade	369

Ponto relevante para debate.....	370
• Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor.....	370
Esquema.....	373
↳ Culpabilidade como elemento do crime e fundamento da pena, além de constituir parâmetro para o limite da pena.....	373
4.2 Antecedentes.....	375
Ponto relevante para debate.....	375
• O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i>	375
Ponto relevante para debate.....	376
• A caducidade dos <i>maus antecedentes</i>	376
4.3 Conduta social.....	377
4.4 Personalidade.....	377
Ponto relevante para debate.....	378
• A avaliação da personalidade do acusado pelo julgador.....	378
4.5 Motivos do crime.....	379
4.6 Circunstâncias do crime.....	380
4.7 Consequências do crime.....	380
Esquemas.....	381
↳ Motivos do crime: podem ser <i>conscientes</i> ou <i>inconscientes</i>	381
↳ Motivo ≠ elemento subjuntivo do crime (<i>dolo/culpa</i>).....	381
4.8 Comportamento da vítima.....	382
Esquema.....	383
↳ Comportamento da vítima.....	383
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	384
6. Substituição da pena privativa de liberdade.....	384
7. Agravantes e atenuantes.....	385
7.1 Agravantes.....	385
7.1.1 Motivo fútil.....	385
7.1.2 Motivo torpe.....	386
7.1.3 Motivação torpe específica.....	387
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido.....	387
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum.....	388
7.1.6 Relações familiares.....	388
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher.....	388
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever.....	389
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida.....	391
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade.....	392
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública.....	393
7.1.12 Embriaguez preordenada.....	393
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	393
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa.....	393

7.1.13.2	Coação ou indução ao crime	394
7.1.13.3	Instigação ou determinação para o delito.....	394
7.1.13.4	Criminoso mercenário	394
7.1.14	Reincidência.....	394
7.1.14.1	Conceito	394
Ponto relevante para debate		394
•	A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>)	394
7.1.14.2	Espécies de reincidência.....	395
Ponto relevante para debate		396
•	A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	396
7.1.14.3	Efeitos da reincidência	396
7.1.14.4	Caducidade da condenação anterior	397
7.1.14.5	Crimes militares próprios e impróprios.....	397
7.1.14.6	Crime político.....	398
7.2	Atenuantes	398
7.2.1	Menoridade relativa	399
7.2.2	Senilidade	400
7.2.3	Desconhecimento da lei.....	400
7.2.4	Relevante valor social ou moral	401
7.2.5	Arrependimento.....	401
7.2.6	Coação resistível.....	402
7.2.7	Cumprimento de ordem superior.....	402
7.2.8	Violenta emoção.....	402
7.2.9	Confissão espontânea	402
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto	403
7.2.11	Atenuante inominada	404
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes	404
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	405
Esquema		406
↳	Confronto entre agravantes e atenuantes (art. 67, CP)	406
8.	Cálculo da pena.....	407
8.1	Sistemas para a fixação da pena.....	407
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras.....	409
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	409
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição.....	410
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	410
Síntese		411
Esquemas.....		412
↳	Fixação da pena.....	412
↳	Circunstâncias do crime	413

Capítulo XXVI
CONCURSO DE CRIMES

1. Conceito e critério de análise	415
2. Sistemas do concurso de crimes	415
2.1 Sistema da acumulação material	415
2.2 Sistema da exasperação da pena.....	416
2.3 Sistema da absorção	416
2.4 Sistema da acumulação jurídica	416
3. Concurso material.....	416
3.1 Conceito.....	416
3.2 Critérios para a aplicação da pena.....	417
3.3 Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	417
4. Concurso formal.....	418
4.1 Conceito.....	418
4.2 Concurso formal perfeito e imperfeito.....	418
Ponto relevante para debate.....	418
• A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i>	418
4.3 Concurso material favorável ou benéfico.....	419
4.4 Concorrência de concursos.....	420
5. Crime continuado.....	420
5.1 Conceito.....	420
5.2 Natureza jurídica.....	421
5.3 Teorias do crime continuado	421
5.4 Crimes da mesma espécie.....	422
5.5 Condições de tempo.....	423
5.6 Condições de espaço.....	423
5.7 Formas de execução	424
5.8 Outras circunstâncias semelhantes	424
Ponto relevante para debate	424
• O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional.....	424
5.9 Critério de dosagem do aumento.....	425
5.10 Crime continuado e imputabilidade.....	425
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos.....	426
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas.....	426
5.13 Espécies de crime continuado.....	426
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual.....	427
Ponto relevante para debate.....	427
• A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes.....	427
6. Concurso de infrações e execução da pena.....	427
Síntese	428

Esquemas.....	429
↳ Concurso material	429
↳ Concurso formal próprio.....	430
↳ Concurso formal impróprio.....	430
↳ Crime continuado.....	431
↳ Crime continuado qualificado.....	432

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	433
2. Modalidades de erro na execução.....	433
3. Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	434
4. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>).....	435
Síntese.....	436

Capítulo XXVIII

LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento.....	437
2. Unificação das penas em 40 anos.....	440
3. Modo de unificação.....	441
Síntese.....	442

Capítulo XXIX

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos.....	443
2. Natureza jurídica.....	443
3. Requisitos para a sua concessão.....	444
4. Espécies de <i>sursis</i>	444
Ponto relevante para debate.....	445
• A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	445
5. Pontos controversos.....	445
5.1 <i>Sursis</i> e indulto.....	445
5.2 Existência de processos em andamento.....	446
5.3 Réu ausente.....	446
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil.....	446
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário.....	447
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	448
Ponto relevante para debate.....	448
• A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo.....	448
6. Período de prova e escolha das condições.....	449
7. Causas de revogação.....	450
7.1 Revogação obrigatória.....	450

7.2 Revogação facultativa.....	451
8. Prorrogação do período de prova.....	451
9. Finalização do <i>sursis</i>	452
Síntese.....	452

Capítulo XXX LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos.....	455
2. Natureza jurídica.....	456
3. Requisitos para a sua concessão.....	456
3.1 Objetivos.....	456
3.2 Subjetivos.....	457
4. Duração do livramento.....	458
5. Pontos polêmicos.....	458
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	458
5.2 Livramento condicional cautelar.....	458
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	459
6. Parecer do Conselho Penitenciário.....	459
7. Soma das penas para efeito de livramento.....	459
8. Condições do livramento condicional.....	460
8.1 Obrigatórias.....	460
8.2 Facultativas.....	460
9. Revogação do livramento.....	460
9.1 Causas obrigatórias.....	460
9.2 Causas facultativas.....	460
9.3 Prévia oportunidade de defesa.....	461
9.4 Livramento insubsistente.....	461
10. Efeitos da revogação.....	461
11. Extinção da pena e prorrogação automática.....	461
Síntese.....	462

Capítulo XXXI EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	463
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória.....	464
3. Efeitos genéricos.....	464
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano.....	464
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita.....	465
4. Efeitos específicos.....	467
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	467
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela.....	468
4.3 Inabilitação para dirigir veículo advinda do art. 92, III, do CP.....	469
4.4 Efeito da condenação advindo de lei especial.....	470

5. Enriquecimento ilícito.....	470
Síntese	472

Capítulo XXXII
REABILITAÇÃO

1. Conceito.....	473
2. Competência para a concessão de reabilitação.....	474
3. Prazo e procedimento.....	475
4. Indeferimento da reabilitação e recursos.....	475
5. Reabilitação e reincidência.....	476
6. Reabilitação <i>em porções</i>	476
Síntese	476

Capítulo XXXIII
MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito.....	477
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	477
3. Espécies de medidas de segurança.....	478
4. Extinção de punibilidade	478
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança	479
6. Sentença de absolvição imprópria	479
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial.....	480
8. Duração da medida de segurança.....	480
9. Culpabilidade e periculosidade.....	481
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução.....	481
Ponto relevante para debate	482
• O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena	482
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena.....	483
12. Detração e medida de segurança	483
13. Exame de cessação da periculosidade	484
14. Condições para a desinternação ou liberação.....	484
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	485
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum	486
Ponto relevante para debate	486
• Concorrência da medida de segurança com a Lei 10.216/2001	486
Síntese	487

Capítulo XXXIV
AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal	489
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada	490

3. Critério de iniciativa da ação penal.....	490
4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	490
5. Ação penal no crime complexo.....	492
Síntese	492

Capítulo XXXV

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade.....	493
2. Causas gerais e específicas	494
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	495
4. Momentos de ocorrência	495
5. Morte do agente	495
Ponto relevante para debate	497
• As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente	497
6. Anistia	497
7. Graça ou indulto individual	498
8. Indulto coletivo	499
Pontos relevantes para debate	500
• Indulto da pena de multa e limite mínimo para a inscrição de débito na dívida ativa.....	500
• Indulto humanitário	501
9. <i>Abolitio criminis</i>	501
10. Decadência.....	501
11. Perempção.....	502
12. Renúncia e perdão	503
13. Retratação	503
14. Perdão judicial.....	504
Ponto relevante para debate	504
• A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial	504
15. Prescrição.....	505
15.1 Conceito e teorias justificadoras	505
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	506
Ponto relevante para debate	507
• A prescrição da medida de segurança	507
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública	508
Ponto relevante para debate	509
• A influência da detração no cálculo prescricional	509
15.4 Modalidades de prescrição	509
15.5 Termos iniciais da prescrição	511
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição	513

Ponto relevante para debate	515
• O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP	515
15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	516
Ponto relevante para debate	517
• A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado	517
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas	518
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	518
17. Prescrição em leis especiais	520
18. Prescrição e perdão judicial.....	520
Síntese	520
Esquemas.....	523
↳ Formas de clemência do estado	523
↳ Tabela de prazos prescricionais.....	524
↳ Lapsos prescricionais e causas interruptivas da prescrição.....	525
↳ Lapsos prescricionais da prescrição retroativa, levando-se em conta a pena em concreto (Art. 110, § 1.º)	526
↳ Lapsos prescricionais da prescrição intercorrente, levando-se em conta a pena em concreto (Art. 110, § 1.º).....	526
↳ Lapso da suspensão da prescrição (Art. 116).....	527

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – Art. 121	535
Ponto relevante para debate	539
• Como analisar a condição de sexo feminino no feminicídio.....	539
Pontos relevantes para debate.....	546
• A existência de homicídio simples hediondo.....	546
• A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio.....	547
• A existência de homicídio qualificado-privilegiado	547
• A não aceitação do homicídio qualificado-privilegiado como hediondo	548
• A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio	548

• O homicídio sem motivo.....	549
• A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	549
• A polêmica questão da eutanásia e seus desdobramentos.....	550
• O veto presidencial à inserção da qualificadora do inciso VIII do § 2.º.....	551
• A existência de duas ou mais causas de aumento no homicídio contra menor de 14 anos.....	552
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação – Art. 122.....	553
Pontos relevantes para debate.....	556
• O auxílio por omissão	556
• A solução da situação denominada pacto de morte.....	556
Infanticídio Art. 123.....	557
Ponto relevante para debate	558
• O concurso de pessoas no infanticídio	558
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124	559
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – Art. 125.....	561
Aborto provocado por terceiro com consentimento – Art. 126	562
Formas qualificadas de aborto – Art. 127.....	563
Excludentes de ilicitude Art. 128	564
Pontos relevantes para debate.....	566
• A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida	566
• A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	566
• A autorização do aborto eugênico	567

Capítulo II

DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – Art. 129.....	569
Ponto relevante para debate.....	578
• A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal	578

Capítulo III

DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130.....	579
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131	581
Ponto relevante para debate	582
• Transmissão do vírus da AIDS.....	582
Perigo para a vida ou saúde de outrem Art. 132.....	582
Abandono de incapaz Art. 133.....	584
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134	585
Omissão de socorro – Art. 135.....	587
Ponto relevante para debate.....	588
• As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio	588
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial Art. 135-A.....	589
Maus-tratos – Art. 136.....	590

Ponto relevante para debate.....	592
• A palmada configura maus-tratos?	592

Capítulo IV
DA RIXA

Rixa – Art. 137.....	593
----------------------	-----

Capítulo V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – Art. 138.....	595
Difamação Art. 139.....	597
Injúria – Art. 140.....	599
Disposições comuns Arts. 141 a 145.....	602

Capítulo VI
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Seção I

Dos crimes contra a liberdade pessoal

Constrangimento ilegal – Art. 146.....	609
Intimidação sistemática (<i>bullying</i>) – Art. 146-A.....	611
Ameaça Art. 147.....	613
Perseguição Art. 147-A.....	614
Violência psicológica contra a mulher Art. 147-B.....	619
Sequestro e cárcere privado – Art. 148.....	622
Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149.....	623
Tráfico de pessoas – Art. 149-A.....	625

Seção II

Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio

Violação de domicílio Art. 150.....	629
-------------------------------------	-----

Seção III

Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência

Violação de correspondência – Art. 151.....	632
Ponto relevante para debate.....	634
• A violação da correspondência entre cônjuges.....	634
Violação de correspondência comercial – Art. 152.....	635

Seção IV

Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos

Divulgação de segredo Art. 153.....	636
Violação do segredo profissional Art. 154.....	637
Violação de dispositivo informático – Arts. 154-A e 154-B.....	638

Título II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I
DO FURTO

Furto – Art. 155.....	645
Pontos relevantes para debate.....	657
• A questão da casa habitada no furto noturno.....	657
• O furto de coisas de estimação.....	657
• O furto de cadáver.....	658
• O furto de coisas de ínfimo valor.....	658
• O furto de imagem.....	658
• O furto de talão de cheques e de cartão de crédito.....	659
• O furto de uso como crime.....	659
• A trombada como furto ou roubo.....	660
• A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	660
• Furto sob vigilância eletrônica.....	660
Furto de coisa comum – Art. 156.....	661

Capítulo II
DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – Art. 157.....	663
Pontos relevantes para debate.....	671
• O roubo de uso.....	671
• A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade.....	671
• A existência da tentativa no roubo impróprio.....	671
• O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento no mesmo parágrafo com acréscimo variável (ex.: § 2.º do art. 157: aumento de 1/3 até metade).....	672
Extorsão – Art. 158.....	673
Ponto relevante para debate.....	677
• A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago.....	677
Extorsão mediante sequestro – Art. 159.....	678
Ponto relevante para debate.....	681
• A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica.....	681
Extorsão indireta – Art. 160.....	682

Capítulo III
DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, <i>caput</i>	685
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.º, I.....	686
Esbulho possessório – Art. 161, § 1.º, II.....	687
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162.....	689

Capítulo IV DO DANO

Dano Art. 163.....	691
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164.....	693
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.....	694
Alteração de local especialmente protegido – Art. 166.....	695
Ação penal Art. 167.....	696

Capítulo V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168.....	697
Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A.....	699
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza Art. 169.....	700
Causa de diminuição de pena Art. 170.....	702

Capítulo VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – Art. 171.....	703
Pontos relevantes para debate.....	706
• A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.).....	706
• O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral ...	707
• O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade.....	707
• O estelionato como delito permanente quando cometido contra entidade de direito público ou instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.....	707
• A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal.....	707
• A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia.....	708
• O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo.....	708
• O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição.....	708
• O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime.....	708
Estelionato digital Art. 171-A.....	709
Duplicata simulada – Art. 172.....	710
Abuso de incapazes – Art. 173.....	712
Induzimento à especulação Art. 174.....	712
Fraude no comércio Art. 175.....	713
Outras fraudes – Art. 176.....	715
Ponto relevante para debate.....	716
• A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176.....	716
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações Art. 177.....	717
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – Art. 178.....	719
Fraude à execução Art. 179.....	720

Capítulo VII
DA RECEPÇÃO

Recepção Art. 180.....	723
Recepção de animal – Art. 180-A.....	727

Capítulo VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais Arts. 181 a 183	729
Pontos relevantes para debate.....	731
• O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição	731
• A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável	731

Título III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184.....	735
Ponto relevante para debate.....	738
• Uma peculiar forma de corrupção.....	738
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio Art. 185.....	739
Ação penal – Art. 186	739

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187.....	741
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188	741
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado Art. 189.....	741
Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho Art. 190	742
Ação penal Art. 191	742

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192	743
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193.....	743
Marca com falsa indicação de procedência Art. 194	743
Ação penal Art. 195	744

Capítulo IV
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal Art. 196.....	745
------------------------------------	-----

Título IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho Art. 197	747
--	-----

Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta - Art. 198...	749
Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199.....	750
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200.....	751
Paralisação de trabalho de interesse coletivo Art. 201	752
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202	753
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203.....	754
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho Art. 204	756
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa Art. 205.....	757
Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206.....	758
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional Art. 207.....	759

Título V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo Art. 208.....	763
--	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209.....	765
Violação de sepultura Art. 210.....	766
Destrução, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211.....	767
Vilipêndio a cadáver Art. 212.....	769

Título VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213	773
Pontos relevantes para debate	776
• A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa	776
• A análise do grau de resistência da vítima.....	777
• O estupro como crime único de condutas alternativas.....	777
• A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único	780
• A necessidade de criação de um tipo penal intermediário foi atendida.....	780
• O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação	780
Esquema	782
↳ Esquema comparativo	782
Atentado violento ao pudor Art. 214.....	783

Violação sexual mediante fraude – Art. 215	783
Importunação sexual – Art. 215-A	785
Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216	786
Assédio sexual Art. 216-A.....	787
Pontos relevantes para debate.....	789
• A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a).....	789
• A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel.....	789
• A paixão do agente pela vítima	790
Registro não autorizado da intimidade sexual Art. 216-B	790

Capítulo II

DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução Art. 217	793
Estupro de vulnerável – Art. 217-A	793
Ponto relevante para debate	797
• Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa	797
Corrupção de menores Art. 218.....	798
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente Art. 218-A.....	799
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável Art. 218-B.....	801
Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia – Art. 218-C.....	804

Capítulo III

DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude Art. 219.....	807
Rapto consensual – Art. 220	807
Diminuição de pena – Art. 221	808
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222.....	808

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas – Art. 223.....	809
Presunção de violência Art. 224.....	809
Ação penal Art. 225	809
Aumento de pena Art. 226.....	810

Capítulo V

DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227	813
Ponto relevante para debate	815
• A inconstitucionalidade da indução à lascívia.....	815

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228.....	815
Ponto relevante para debate	818
• Sites de prostituição	818
Casa de prostituição – Art. 229	819
Pontos relevantes para debate.....	822
• A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade	822
• A inviabilidade da prisão em flagrante	822
Rufianismo – Art. 230.....	824
Ponto relevante para debate	826
• A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo.....	826
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231	826
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A	826
Promoção de migração ilegal – Art. 232-A	827

Capítulo VI

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233	831
Ponto relevante para debate	832
• A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica.....	832
Escrito ou objeto obsceno – Art. 234.....	833
Ponto relevante para debate	834
• A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal	834

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A	837
Ponto relevante para debate	838
• Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento.....	838
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 234-B e Art. 234-C.....	839

Título VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235.....	843
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236.....	845
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237.....	846
Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238.....	847
Simulação de casamento – Art. 239	848
Adulterio – Art. 240	849

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente Art. 241	851
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido - Art. 242	852
Sonegação de estado de filiação - Art. 243	854

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material Art. 244	855
Entrega de filho menor a pessoa inidônea - Art. 245	857
Abandono intelectual Art. 246	858
Abandono moral Art. 247	859

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes - Art. 248	861
Ponto relevante para debate	862
• A necessidade de ser efetivada a fuga	862
Subtração de incapazes Art. 249	863

Título VIII

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio Art. 250	867
Explosão - Art. 251	870
Uso de gás tóxico ou asfixiante Art. 252	871
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante - Art. 253	872
Inundação - Art. 254	873
Perigo de inundação Art. 255	874
Desabamento ou desmoronamento - Art. 256	875
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento - Art. 257	877
Formas qualificadas de crime de perigo comum - Art. 258	878
Difusão de doença ou praga Art. 259	878

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário Art. 260	881
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo - Art. 261	883

Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262	884
Forma qualificada – Art. 263	886
Arremesso de projétil – Art. 264	886
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265.....	887
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública Art. 266.....	889

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267	891
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268	892
Omissão de notificação de doença – Art. 269	894
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270..	895
Corrupção ou poluição de água potável Art. 271	897
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios Art. 272	898
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais Art. 273.....	900
Ponto relevante para debate	902
• A inconstitucionalidade da pena cominada ao art. 273 do Código Penal	902
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida Art. 274.....	903
Involúcro ou recipiente com falsa indicação Art. 275.....	905
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores Art. 276.....	906
Substância destinada à falsificação Art. 277	907
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278	908
Substância avariada – Art. 279	909
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280	909
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281	910
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica Art. 282	911
Charlatanismo – Art. 283	912
Curandeirismo – Art. 284	913
Forma qualificada Art. 285.....	914

Título IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286.....	915
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287	917
Ponto relevante para debate	918
• Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	918
Associação criminosa Art. 288.....	918
Pontos relevantes para debate	922
• A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado....	922
• A possibilidade de concurso de pessoas	922

• O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância	922
Constituição de milícia privada – Art. 288-A	923

Título X

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I

DA MOEDA FALSA

Moeda falsa Art. 289.....	927
Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	929
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	931
Emissão de título ao portador sem permissão legal Art. 292.....	932

Capítulo II

DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – Art. 293	935
Petrechos de falsificação Art. 294	938
Causa de aumento de pena – Art. 295.....	939

Capítulo III

DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – Art. 296.....	941
Falsificação de documento público – Art. 297	944
Falsificação de documento particular Art. 298.....	947
Falsidade ideológica – Art. 299	949
Pontos relevantes para debate.....	952
• As diferenças entre falsidade material e ideológica.....	952
• A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco	952
Falso reconhecimento de firma ou letra Art. 300.....	953
Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301	955
Ponto relevante para debate.....	957
• A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	957
Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	957
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica Art. 303.....	958
Uso de documento falso Art. 304.....	960
Pontos relevantes para debate.....	962
• A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento.....	962
• O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento	962
Supressão de documento Art. 305.....	963

Capítulo IV
DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – Art. 306.....	965
Falsa identidade – Art. 307	967
Ponto relevante para debate	969
• O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva	969
Falsa identidade – Art. 308	969
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309	971
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310	972
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311	974

Capítulo V
DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A.....	977
Ponto relevante para debate	979
• Cola eletrônica e tipificação penal.....	979

Título XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA
A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312	983
Ponto relevante para debate	986
• O peculato de uso e o crime previsto no art. 312	986
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313	987
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A.....	988
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B	990
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314	991
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315.....	993
Concussão – Art. 316.....	994
Ponto relevante para debate	996
• O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão	996
Corrupção passiva – Art. 317	996
Pontos relevantes para debate	999
• A ausência de menção à expressão <i>ato de ofício</i>	999
• A cifra negra da corrupção	999
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318.....	1000
Prevaricação – Art. 319	1001
Prevaricação em presídio – Art. 319-A	1002

Condescendência criminosa – Art. 320	1004
Advocacia administrativa – Art. 321	1006
Violência arbitrária – Art. 322.....	1007
Abandono de função – Art. 323	1008
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324.....	1010
Violação de sigilo funcional – Art. 325	1012
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326.....	1013
Funcionário público – Art. 327	1013
Pontos relevantes para debate.....	1015
• O conceito de entidade paraestatal.....	1015
• A possibilidade de o conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime.....	1015

Capítulo II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328	1017
Resistência – Art. 329	1018
Ponto relevante para debate	1020
• O concurso entre os crimes de resistência e roubo	1020
Desobediência – Art. 330.....	1021
Ponto relevante para debate	1024
• O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário.....	1024
Desacato – Art. 331.....	1025
Tráfico de influência – Art. 332.....	1027
Corrupção ativa – Art. 333.....	1028
Ponto relevante para debate	1030
• A questão referente à conduta <i>dar</i>	1030
Descaminho – Art. 334.....	1030
Contrabando – Art. 334-A.....	1034
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335.....	1038
Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336	1038
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337.....	1039
Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A	1040

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B.....	1043
Tráfico de influência em transação comercial internacional – Art. 337-C.....	1044
Funcionário público estrangeiro – Art. 337-D.....	1046

Capítulo II-B

DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratação direta ilegal – Art. 337-E.....	1049
Frustração do caráter competitivo de licitação Art. 337-F.....	1051
Patrocínio de contratação indevida Art. 337-G.....	1052
Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo – Art. 337-H.....	1054
Perturbação de processo licitatório Art. 337-I.....	1055
Violação de sigilo em licitação – Art. 337-J.....	1056
Afastamento de licitante – Art. 337-K.....	1058
Fraude em licitação ou contrato Art. 337-L.....	1059
Contratação inidônea – Art. 337-M.....	1062
Impedimento indevido – Art. 337-N.....	1064
Omissão grave de dado ou de informação por projetista – Art. 337-O.....	1065
Aplicação da pena de multa – Art. 337-P.....	1067

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso Art. 338.....	1069
Denúncia caluniosa – Art. 339.....	1070
Ponto relevante para debate.....	1073
• A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa.....	1073
Comunicação falsa de crime ou de contravenção Art. 340.....	1074
Autoacusação falsa Art. 341.....	1075
Ponto relevante para debate.....	1076
• A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender.....	1076
Falso testemunho ou falsa perícia Art. 342.....	1077
Pontos relevantes para debate.....	1079
• A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade.....	1079
• O concurso de pessoas no crime de falso.....	1081
Suborno Art. 343.....	1082
Coação no curso do processo – Art. 344.....	1083
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345.....	1085
Exercício arbitrário das próprias razões Art. 346.....	1086
Fraude processual Art. 347.....	1087
Favorecimento pessoal – Art. 348.....	1089
Favorecimento real – Art. 349.....	1091
Favorecimento real em presídio – Art. 349-A.....	1092
Exercício arbitrário ou abuso de poder Art. 350.....	1094
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351.....	1094
Evasão mediante violência contra pessoa Art. 352.....	1095
Arrebatamento de preso – Art. 353.....	1096

Motim de presos Art. 354	1097
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355	1099
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356.....	1100
Exploração de prestígio – Art. 357.....	1101
Violência ou fraude em arrematação judicial Art. 358	1102
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito Art. 359.....	1104

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito Art. 359-A.....	1107
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B	1109
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C.....	1110
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D.....	1112
Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E	1113
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F.....	1115
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura Art. 359-G	1116
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H.....	1118

Título XII

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL

Atentado à soberania – Art. 359-I.....	1123
Atentado à integridade nacional – Art. 359-J.....	1125
Espionagem – Art. 359-K.....	1126

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Abolição violenta do Estado Democrático de Direito – Art. 359-L	1131
Golpe de Estado – Art. 359-M.....	1133

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL

Interrupção do processo eleitoral Art. 359-N	1135
Art. 359-O. (Vetado).....	1136
Violência política Art. 359-P	1136
Art. 359-Q. (Vetado).....	1138

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Sabotagem – Art. 359-R	1139
------------------------------	------

Capítulo V
(VETADO)

Capítulo VI
DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 359-T	1141
Art. 359-U. (Vetado)	1142
BIBLIOGRAFIA	1149
APÊNDICE – Casos Práticos.....	1185
OBRAS DO AUTOR.....	1213